

A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades

*Renato Miguel do Carmo*¹⁷⁸

Resumo: As ciências sociais têm estudado a agricultura familiar a partir de um modelo de interpretação dualista que acentua as diferenças inter-regionais, marginalizando, até certo ponto, o significado sociológico de algumas continuidades que se estabeleciam (e se estabelecem) entre as zonas do Norte e do Sul ou entre o Litoral e o Interior.

O presente texto pretende, assim, construir uma visão diferente sobre as modalidades de agricultura familiar em Portugal, procurando identificar, num primeiro momento, uma série de proximidades sociológicas entre os diferentes modos de organização (tradicionais e modernos) das famílias agrícolas e, conseqüentemente, propor um modelo mais complexo na análise dessas mesmas modalidades.

Introdução

A sociedade portuguesa tem sido estudada a partir de um modelo dualista composto por um conjunto de oposições territoriais (Norte – Sul; Litoral – Interior) que identificam diferentes realidades sociológicas do país.¹⁷⁹ Este modelo é responsável pela tipificação de diversas áreas rurais e urbanas, com base em análises que evidenciam certas formas de organização social específicas de determinadas zonas que, supostamente, se diferenciam e se opõem a outras estruturas e a outros modos de vida dominantes noutras regiões e localidades.

A oposição entre Norte e Sul caracteriza a sociedade tradicional e estabelece uma diferenciação entre as regiões camponesas e as zonas mediterrânicas de cariz latifundista.¹⁸⁰ A segunda dualidade emerge na análise sociológica a partir da década de 60 e pretende caracterizar a modernização da sociedade que se centraliza principalmente em certas zonas litorais.¹⁸¹

A consonância entre a organização social e espacial, identificada por este modelo, contribuiu para que se enfatizasse, fundamentalmente, as rupturas existentes entre o norte e o sul ou entre o litoral e o interior, ofuscando, de certo modo, as continuidades sociais e culturais que se estabelecem entre estas áreas territoriais.

Um dos elementos fulcrais a partir do qual se compôs essa diferenciação relaciona-se com a análise das diferentes modalidades de agricultura familiar. Assim, no país tradicional as regiões rurais do Norte sempre se caracterizaram como sociedades fortemente estruturadas pelo modo de organização

¹⁷⁸ Doutorando no Instituto de Ciências Sociais e Docente no Instituto Politécnico do Beja.

¹⁷⁹ A este respeito ver Carmo (2002b).

¹⁸⁰ Nos anos 40 Orlando Ribeiro publica a obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* na qual identifica e caracteriza esta oposição territorial.

¹⁸¹ Esta visão foi difundida primeiramente por A. Sedas Nunes (1964).

das famílias agrícolas; enquanto, em relação ao Sul, sobretudo ao Alentejo, sempre se salientou a quase inexistência de quaisquer modalidades de agricultura familiar.

Por outro lado, o intenso processo de urbanização que emergiu a partir dos finais dos anos 50, principalmente, nas zonas do Norte e do Centro litoral, afectou as tradicionais formas de agricultura familiar e provocou uma série de recomposições sociais na população camponesa.

Ao longo do presente texto iremos questionar os fundamentos destas visões paradigmáticas do mundo rural e da agricultura familiar em Portugal. De modo a aprofundar e a contextualizar a análise, recorreremos aos estudos que estamos a desenvolver sobre a evolução da composição social no Alentejo. Habitualmente esta região é considerada das mais homogéneas do país (em termos sócio-económicos e culturais) o que, em parte, se deve aos esquemas de tipificação dualistas que tendem a simplificar o significado da realidade social alentejana por oposição a outras áreas regionais.

A agricultura familiar tradicional: o caso alentejano

Até aos anos 50 do século anterior, tende-se a definir a situação sócio-económica do país agrícola a partir da diferenciação entre agricultura familiar predominante a norte, por oposição à agricultura de tipo patronal ou latifundiária reinante a sul.¹⁸² A primeira é representativa da sociedade camponesa, onde a actividade agrícola era fundamentalmente de subsistência e determinada a partir do espaço doméstico e familiar. Este tipo de sociedade compreendia uma estrutura social relativamente homogénea, na qual a desigualdade se estabelecia entre a classe dos pequenos agricultores e a dos lavradores mais abastados, que possuíam maior porção de terra e utilizavam na produção agrícola mais meios de trabalho. Por seu turno, a percentagem de jornaleiros era claramente menor relativamente às zonas do sul.¹⁸³

Em contrapartida, na sociedade agrária do Sul a estrutura social era bem mais polarizada entre duas classes principais: os grandes proprietários e os trabalhadores assalariados que representavam a quase totalidade da população agrícola.¹⁸⁴ Na análise da sociedade agrária alentejana, o critério utilizado para diferenciar as várias camadas sociais define-se através da distinção entre os grupos que possuem propriedade (jurídica e/ou económica) e aqueles que não são proprietários, detendo como único recurso a força de trabalho.

Quanto a nós, a dualização da realidade rural e agrícola da sociedade portuguesa, a partir dos critérios mencionados, contribuiu para uma simplifica-

¹⁸² Alguns estudos relativamente recentes sobre a realidade social e económica de Portugal, dos anos 30 aos anos 50, ainda vincam esta perspectiva dualista, cf. Baptista (1993), Rosas (1994).

¹⁸³ Para a análise das desigualdades sociais no meio rural nortenho ver as obras de O'Neill (1984) e de Karin Wall (1998) que estudaram a evolução do sistema de estratificação social em duas aldeias transmontanas e em duas aldeias minhotas (respectivamente). Ambos salientam a importância, por vezes descurada, que a classe dos jornaleiros teve na estrutura social destas aldeias até meados dos anos 60.

¹⁸⁴ Entre estes dois estratos alguns autores identificaram uma classe intermédia que segundo Cutileiro (1977) e Silbert (1978) é composta essencialmente pelos seareiros, mais adiante caracterizaremos este grupo social.

ção analítica que acabou por encobrir uma série de situações impuras nas quais se pode identificar a coexistência, em algumas famílias e grupos sociais, de situações bem diferentes e até contraditórias.

A realidade social alentejana habitualmente é analisada e apresentada como sendo bastante hegemónica. Os diversos estudos sobre a composição social da sociedade tradicional alentejana salientam fundamentalmente o significado da polarização social, identificando o doloroso modo de vida das famílias de trabalhadores, face à riqueza e ostentação das famílias latifundiárias.

No entanto, por intermédio do estudo apurado de dados estatísticos da época, assim como da análise de algumas monografias realizadas nos anos 30 e 40, podemos considerar que, até aos meados dos anos 60, a vida social de parte das famílias agrícolas desta região era constituída por um conjunto diversificado de actividades de exploração e de organização do trabalho. Esta diversidade derivava da natureza do estatuto da propriedade e das formas de produção e de trabalho agrícola.

Normalmente refere-se a ausência de mecanização e o carácter absentista do latifundiário alentejano para justificar o recurso a grandes contingentes de mão-de-obra assalariada, até praticamente a meados dos anos 60 do séc. XX. Contudo, é importante referir que existia um outro recurso importante, por parte dos grandes proprietários, que passava pela celebração de diferentes contratos de arrendamento e de modalidades de parceria.

Parte das terras eram arrendadas a grandes e médios lavradores rendeiros, que em muitos casos exploravam a totalidade da propriedade, mas também podiam ser cedidas, em parcelas mais pequenas, aos seareiros.¹⁸⁵ Este grupo social teve uma importância decisiva no processo de arroteamento e de desflorestação da charneca alentejana e na generalização da plantação da cultura do trigo (desde a segunda metade do século XIX).

Como referem alguns autores, geralmente os proprietários, e também os grandes lavradores rendeiros, cediam as terras menos produtivas das suas explorações aos seareiros, fazendo com que, proporcionalmente, estes acabassem por obter lucros mais baixos com o cultivo de cereais¹⁸⁶. Para minimizar os custos, o seareiro normalmente possuía alguns meios de produção (animais de trabalho, parrelha de muares), e recorria principalmente ao trabalho familiar, o que lhe permitia assegurar por conta própria a exploração da terra arrendada. De facto, poucos eram aqueles que empregavam regularmente mão-de-obra assalariada.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Originariamente o seareiro pode ser definido como o agricultor que cultivava cereais em terra alheia sob pagamento de um quarto ou um terço da produção cerealífera ao proprietário, segundo um contrato que poderia ir de um aos três anos. A propósito do seareiro ver Baptista (1980), Galvão (1949) e Pinto (1941).

¹⁸⁶ Como demonstra J. Mira Galvão (1949), da maior parte das parcerias praticadas resultava uma situação de prejuízo para o seareiro, exceptuando os casos em que este cultivava em terras que produziam 12 ou mais sementes (normalmente a terras não produziam mais do que 8 sementes).

¹⁸⁷ Segundo os dados do Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-1954 no Alentejo mais de 90% dos seareiros não empregavam regularmente mão-de-obra assalariada.

Normalmente o seareiro e a sua família encontravam-se numa situação social impura em que confluíam diferentes tipos de actividade agrícola,¹⁸⁸ em muitos casos o agricultor conjugava a actividade de seareiro com a de pequeno proprietário agrícola e/ou com a de assalariado agrícola.¹⁸⁹

A situação de pluriactividade agrícola obrigava a uma estratégia familiar de divisão do trabalho, na qual os vários elementos do agregado se repartiam perante um conjunto diversificado de funções, podendo mudar várias vezes ao longo do ano a tarefa exercida por cada um.

Neste sentido, podemos dizer que a categoria de seareiro não representava uma situação social homogénea, pelo contrário, estes indivíduos ocupavam, na maior parte dos casos, aquilo que Wright (1994) define como um lugar contraditório de classe, na medida em que podiam alternar entre a situação de trabalhador por conta própria (e por vezes de empregador) e a situação de trabalhador por conta de outrem.¹⁹⁰

A pluriactividade agrícola era um factor importante para a manutenção e resistência da agricultura familiar no Alentejo. Esta estruturava-se em torno de três eixos: o arrendamento agrícola, o trabalho assalariado e a pequena exploração agrícola. De facto, a pequena propriedade (que era e é maior em número face à grande propriedade que ocupa maior área) teve e ainda tem uma importância na região. Contudo, a maior parte destas explorações eram claramente insuficientes para sustentar a família do agricultor.

O trabalho por conta própria nestas pequenas propriedades não representava a actividade principal do agricultor que se via na contingência de recorrer ao trabalho assalariado e/ou ao arrendamento de outras explorações agrícolas. Deste modo, podemos concluir que a pequena propriedade era um factor que contribuía para o desenvolvimento de estratégias familiares de pluriactividade e de plurirendimento agrícola (Carmo 2002 a)).

Neste sentido, embora a natureza da agricultura familiar no Alentejo fosse bastante diferente da que predominava nas regiões de minifúndio, ela continha um conjunto de características que a aproximavam do modo de vida camponês das sociedades rurais do norte. Características essas que, independentemente das causas, tinham a ver fundamentalmente com o carácter tradicional e pouco propenso para o desenvolvimento da actividade agrícola, a norte e a sul do país.

¹⁸⁸ Como demonstram algumas monografias da época – de Henrique de Barros, sobre Cuba (1934) e, sobretudo, de Bugalho Pinto, que estudou o seareiro em Cabeça Gorda (1941) – em determinados sectores da pequena e média agricultura era habitual encontrar-se situações de pluriactividade e de plurirendimento.

¹⁸⁹ Por vezes os seareiros também realizavam trabalhos por fora (“vendendo jeiras”), isto é, utilizavam os seus próprios meios de trabalho (a parrelha de muares ou de burros ou, com menor expressão, a junta de bois) para lavrar noutras explorações ou para serviços de transporte.

¹⁹⁰ Para demonstrar a importância e a capacidade de resistência que a situação de seareiro teve na estrutura social agrícola, convém referir que em 1952 foram ainda recenseados cerca de 18 286 seareiros no Alentejo, encontrando-se 60% a laborar em explorações do Baixo Alentejo, representando nesta região 16% da população agrícola activa. Nesta altura, em muitos concelhos do Alentejo o grupo social dos seareiros tinha ainda um peso superior a outras classes sociais agrícolas (nomeadamente à dos patrões agrícolas e/ou à dos isolados).

Por este motivo, apesar de fazer sentido demarcar o norte e o sul, em função do tipo de agricultura e das classes sociais dominantes em cada zona, entendemos que essa divisão analítica não deve ter um carácter absolutista que provoque uma simplificação na leitura da realidade social e económica vivida nos campos até meados dos anos 60.

As formas modernas de pluriactividade

Numa outra linha de análise surgiram um conjunto de outros estudos monográficos que tentaram identificar o modo como algumas regiões rurais, localizadas próximo do litoral, foram sofrendo um processo de urbanização e de alteração das estruturas sociais. Salientam-se o estudo de Karin Wall (1998) que analisa a vida das famílias de duas aldeias localizadas no baixo Minho, os trabalhos de Ferreira de Almeida (1986) e de Madureira Pinto (1985) sobre uma freguesia do concelho de Penafiel, a análise de Pedro Hespanha (1994) sobre as localidades rurais da zona de Coimbra, os estudos de Nelson Lourenço (1991), Moisés Espírito Santo (1999) e António Gama (1987) que se debruçaram em localidades da região de Leiria, e de Robin Jenkins (1977) que estudou os processos de mudança de uma aldeia algarvia.

Todos estes trabalhos caracterizam as mudanças que se desenrolam em zonas rurais localizadas não muito longe de determinadas zonas urbanas e/ou industriais de média ou de grande dimensão que, por seu lado, estão a sofrer um intenso processo de modernização sócio-económica. As mudanças vividas nestas freguesias rurais dizem respeito não só à alteração dos modos de produção agrícola, que se mecanizam e tendem a integrar uma lógica de produção capitalista, mas também às modalidades de industrialização e de terciarização que se generalizam e tendem a afectar as economias locais.

Estas áreas (nomeadamente das zonas do Porto, Coimbra e Leiria), podem ser designadas como zonas peri-urbanas, na medida em que são alvo de uma série de mecanismos de modernização relacionados com o desenvolvimento tecnológico e com a difusão de novas possibilidades de comunicação e de transporte, contribuindo assim para a utilização de novas formas de energia empregues nas diferentes modalidades de produção (Gama 1987).

Recorrendo à análise de Sedas Nunes, podemos dizer que a noção de zona peri-urbana designa todo um conjunto de processos que se generalizam na sociedade moderna e tendem a alastrar e a condicionar a realidade sócio-económica das regiões mais tradicionais. A proximidade espacial, que aumenta devido às novas formas de comunicação e de transporte, torna-se assim o factor responsável pela difusão da modernidade nestas zonas periféricas. A nível sociológico, estas mudanças foram identificadas sobretudo na alteração do sistema de estratificação social das sociedades rurais e dos modos e estilos de vida tradicionais.

O fenómeno de mudança mais estudado nestas zonas tem a ver com a pluriactividade familiar (Almeida 1999; Gama 1987; Hespanha 1994; Lourenço 1991), que leva ao surgimento de uma nova classe social denominada de campesinato parcial. Esta posição de classe tornou-se maioritária na maior parte das localidades estudadas. Assim, parte dos indivíduos campo-

neses mantêm a exploração agrícola, ao mesmo tempo que trabalham em sectores e empresas não agrícolas, situadas em muitos casos fora da povoação (nos centros urbanos mais próximos ou em outras zonas rurais que sofrem processos de industrialização). Esta situação aumenta a intensidade das deslocações pendulares entre as aldeias e os espaços urbanos e/ou industrializados.

Por outro lado, para além da reestruturação do campesinato local, aumenta o peso das classes ligadas quer ao sector terciário, como é o caso da nova pequena burguesia, quer ao sector secundário (patronato e operariado industrial). O reforço destas classes é representativo de uma efectiva modernização sócio-económica que contribui para a difusão dos modos e estilos de vida urbanizados. De facto, os residentes das freguesias rurais que trabalham nos centros urbanos acabam por importar estilos de vida e valores característicos das cidades.

Todos estes processos concretizam, por um lado, o modo como a modernização alastra e se difunde pelas zonas periféricas e rurais, alterando as estruturas sociais e os estilos de vida das populações locais; mas, por outro lado, salientam uma série de factores de resistência às formas de produção agrícola capitalistas e empresariais, que resultam na manutenção da agricultura familiar como um elemento crucial na sustentabilidade das populações rurais.

Pluriactividade: um conceito bivalente

A maior parte dos estudos, referidos no ponto anterior, debruçou-se fundamentalmente no conceito de pluriactividade familiar, com o intuito de caracterizar um conjunto de mudanças sócio-económicas e culturais que se desenvolvem em determinadas zonas rurais. Estes contributos monográficos comprovam assim a tese dualista, evidenciada por A. Sedas Nunes, a partir da qual se perspectiva uma contínua penetração de factores de modernização na sociedade tradicional.

Esses processos alteram o modo de organização da família, que tem de conciliar a manutenção da actividade agrícola e a divisão do trabalho, cada vez mais complexa, entre os vários elementos do agregado. Por outro lado, os movimentos pendulares (diários ou sazonais) para fora da localidade, obrigam aos que ficam (as mulheres na maior parte dos casos) a um esforço redobrado na gestão das actividades agrícolas, domésticas e educacionais.

Desta feita, é atribuído à pluriactividade familiar um sentido de ruptura face ao modo de vida camponês e às formas tradicionais de organização no seio da família. Contudo, em nosso entender, o significado sociológico dessa ruptura deverá ser relativizado, na medida em que ela representa uma alteração principalmente ao nível do conteúdo das modalidades de pluriactividade, e não tanto ao nível da sua organização formal.

Como referimos anteriormente, na sociedade tradicional a prática da pluriactividade familiar e o recurso ao plurirrendimento eram bastante intensos em faixas importantes da população rural residente não só no Alentejo, como também nas regiões do Norte. Na verdade, como descreve Brian O’Neill, até ao advento da emigração (que se inicia a partir dos anos 50) a proporção de jornaleiros nas aldeias transmontanas era bastante considerá-

vel, tal como ilustram os dados dos recenseamentos relativamente às regiões localizadas a Norte.¹⁹¹ Segundo O. Baptista esses dados indicam que “em largas manchas da zona de agricultura familiar [a Norte] a maior parte dos assalariados agrícolas eram elementos (filhos) de famílias agricultoras cujas explorações não permitiam o sustento de todo o agregado familiar” (Baptista 1993: 334).

A pluriactividade era assim um factor essencial na vida dos campos e que, muitas vezes, se encontrava associada a fenómenos de migração sazonal de camponeses que se dirigiam em massa para Sul, como era o caso dos “(...) movimentos para as regiões de grande cultura de trigo e de arroz, geralmente com carência de braços nos momentos culminantes das fainas agrícolas” (Ribeiro 1999: 754).

Neste sentido, pode-se estabelecer uma certa continuidade entre a forma de organização da família camponesa tradicional, que à medida das possibilidades conseguia diversificar as actividades agrícolas entre os elementos do seu agregado, e as famílias de campesinato parcial que, devido à modernização, podem auferir de diferentes fontes de rendimento resultantes da actividade em diversos sectores não agrícolas. De facto, as mudanças verificam-se sobretudo na natureza e no conteúdo das actividades exercidas, que passam a compreender componentes de modernidade, o que provoca fortes alterações sócio-económicas e culturais nos modos e estilos de vida, como bem identifica Ferreira de Almeida (1986).

Neste sentido, o conceito de pluriactividade incorpora uma dimensão bivalente: por um lado, identifica um conjunto de rupturas entre a sociedade tradicional e os processos de modernização, mas por outro lado, desvela uma série de continuidades entre o modo de vida dos camponeses do Norte e os seareiros do Alentejo ou entre as famílias agrícolas tradicionais e as modernas.

O significado bivalente do conceito de pluriactividade permite-nos assim construir uma visão diferente, da agricultura familiar e do meio rural português (tradicional e contemporâneo), que salienta a importância de certas realidades sociais preteridas pela análise dualista.

Uma visão pluridimensional da agricultura familiar

Noutro lugar tivemos a oportunidade de demonstrar que a forma sócio-espacial do processo de modernização e de urbanização da sociedade portuguesa tende assemelhar-se a uma configuração em arquipélago, na qual emergem localidades detentoras de um relevante dinamismo sócio-económico e cultural, como é o caso de algumas cidades do interior ou das zonas de industrialização difusa (Carmo 2002b).

Esta alteração gradual, que começa a esboçar-se a partir da década de 80, não só condiciona a organização espacial e os modos de vida urbanos nas cidades médias, como vai provocar complexas mutações nos espaços rurais e na relação que estes estabelecem com as zonas mais urbanizadas.

¹⁹¹ Segundo os dados dos Recenseamentos Gerais à População, nesta área do país os assalariados contabilizavam em 1950 e 1960 cerca de 47% e 46% (respectivamente) da população agrícola (Baptista, 1993: 405).

As mudanças ocorridas na sociedade exigem uma análise pluridimensional que não exclua os elementos dualistas, mas tenha a preocupação de integrar uma visão mais complexa dos fenómenos em causa.

Em relação à temática que estamos a tratar, podemos dizer se tem assistido a uma pulverização das modalidades de pluriactividade moderna pelas mais variadas localidades do país.¹⁹² De facto, se tivermos em conta os dados do Recenseamento Agrícola de 1999, verificamos que não existe grande disparidade inter-regional entre as percentagens de elementos familiares que exercem uma actividade exterior à exploração agrícola.¹⁹³ Estes dados comprovam, de certo modo, a generalização da pluriactividade familiar que deixou de ser específica das zonas rurais localizadas próximo da faixa litoral.

Assim, apesar das diferenças ainda salientes ao nível da estrutura fundiária, entre as zonas de minifúndio (predominantes a Norte) e as zonas de latifúndio situadas a Sul, identificam-se um conjunto de aproximações sociológicas entre estas áreas. De facto, a progressiva mecanização e modernização da agricultura e o decréscimo constante de população agrícola, fizeram com que o número de trabalhadores agrícolas tivesse descido substancialmente, contribuindo para o reforço do peso de agricultores isolados e autónomos que não empregam mão-de-obra exterior e recorrem fundamentalmente ao trabalho familiar.

Esta tendência afectou principalmente o Alentejo que, embora mantenha o maior peso (a nível nacional) na proporção de empresários agrícolas, vê aumentar substancialmente a percentagem de agricultores autónomos e diminuir claramente a proporção de assalariados agrícolas.¹⁹⁴ Neste sentido, a representação da agricultura familiar aumenta consideravelmente nesta região, comparativamente ao que acontecia há três décadas atrás onde o número de trabalhadores agrícolas era largamente maioritário.

No entanto, convém sublinhar que estas aproximações, ao nível da estrutura social e do índice de pluriactividade, não invalidam uma diferenciação acentuada no conteúdo das próprias modalidades de pluriactividade. A natureza das actividades exercidas pelos membros das famílias varia conforme o tipo de desenvolvimento característico de cada região.

Como indicam os dados, a percentagem de actividades, exteriores à exploração, exercidas no sector primário é mais elevada nas famílias alentejanas (21%) e transmontanas (19%), em contrapartida, o sector secundário abrange uma maior proporção de pessoas nas regiões de Entre Douro e Minho (56%) e da Beira Litoral (48%), por seu turno, são as regiões do Algarve, Alentejo e de Trás-os-Montes que se encontram as percentagens

¹⁹² A este respeito refira-se o importante estudo de M. Carlos Silva (1998) que analisa as consequências da modernização da agricultura e as alterações das modalidades de pluriactividade e plurirendimento nas famílias residentes em duas aldeias minhotas.

¹⁹³ A proporção ronda os 30% em praticamente todas as regiões com a excepção de Trás-os-Montes cuja percentagem é um pouco inferior (24%).

¹⁹⁴ Segundo os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1999, no Alentejo os produtores autónomos rondam os 67%, os empresários agrícolas representam cerca de 6% e os trabalhadores agrícolas 28%.

mais elevadas de elementos familiares a trabalhar no sector terciário (65%, 57% e 56% respectivamente).¹⁹⁵

A apresentação sintética destes números permitem-nos esboçar, sem grande esforço, uma oposição clara entre o tipo de pluriactividade praticado nas zonas situadas no Norte e Centro litorais, face às modalidades desenvolvidas nas regiões do interior, nomeadamente, no Alentejo e em Trás-os-Montes. Assim, ao nível do conteúdo da pluriactividade familiar a dualidade litoral-interior emerge naturalmente como um factor de diferenciação sócio-económica e cultural entre os modos de vida vigentes nas famílias agrícolas.

No entanto, a determinação da oposição litoral-interior pode encobrir uma realidade bem mais complexa que constitui outro tipo de rupturas e de continuidades. Para tal, torna-se fundamental redimensionar a escala de análise, com o intuito de descortinar os elementos que caracterizam a orgânica social e económica de cada uma destas áreas regionais.

Ao debruçarmo-nos, mais uma vez, sobre a região alentejana, detectamos que a natureza das formas de pluriactividade varia conforme os concelhos, resultando uma configuração que se assemelha um pouco à imagem de arquipélago. De facto, constituem-se pequenas “ilhas” em que as modalidades da pluriactividade integram factores de maior modernidade, na medida em que contemplam uma percentagem mais elevada de efectivos a exercer pelo menos uma actividade no sector industrial e/ou terciário.

Esta situação acontece em localidades que conhecem alguma modernização, como é o caso de certos concelhos que sofreram um relativa industrialização,¹⁹⁶ ou das zonas situadas próximo das maiores cidades da região cuja natureza da pluriactividade denota um elevado nível de terciarização.¹⁹⁷

Estes “nódulos territoriais”, que se distinguem da média dos concelhos da região, constituem uma série de interdependências e de ligações com as zonas rurais limítrofes, que se reflecte, entre outras coisas, na intensificação de movimentos pendulares. Por este motivo, podemos dizer que as formas de pluriactividade, predominantes nestas localidades alentejanas, aproximam-se, até certo ponto, do modo como são praticadas em determinadas zonas da faixa litoral.

Por intermédio deste exercício analítico conseguimos depreender que o país sofreu, ao longo destas últimas duas décadas, uma série de alterações que provocaram uma efectiva reconfiguração no modo de organização das famílias agrícolas. Estas mutações põem em causa os modelos “clássicos” de interpretação que salientam essencialmente as grandes distinções inter-regionais, em detrimento de uma visão integradora que identifica as continuidades de certas modalidades de agricultura familiar desenvolvidas em diferentes zonas localizadas nos mais variados pontos do país.

¹⁹⁵ Fonte: RGA/INE de 1999.

¹⁹⁶ A este respeito destacam-se concelhos como Vila Viçosa, Borba, Campo Maior, Vendas Novas, nos quais em média cerca de um terço dos elementos que compõem as famílias agrícolas exercem actividade no sector secundário, com preponderância para a indústria.

¹⁹⁷ O que acontece em cidades como Évora, Beja, Portalegre, Elvas, Sines.

Conclusão

A definição de oposições bem determinadas entre diferentes áreas territoriais da sociedade portuguesa, resultantes da estruturação de um modelo de interpretação dualista que encontrou correspondência com uma série de estudos monográficos, contribuiu para que a leitura do mundo rural português salientasse principalmente as rupturas e descontinuidades inter-regionais. Esta visão enfatizou de tal modo a orgânica interna de certas regiões e comunidades que, por vezes, se fica com a ideia que o país se desmembra em diferentes sociedades quase autónomas entre si.¹⁹⁸

Assim, no que diz respeito à sociedade tradicional, os estudos construíram um significado restrito da agricultura familiar, enquadrando-a fundamentalmente nas comunidades camponesas das regiões de minifúndio, ao mesmo tempo que se reduziu a sua importância na estruturação das relações sociais e de produção nas zonas de latifúndio.

Por seu turno, os trabalhos que se debruçaram sobre as modalidades de modernização do meio rural, contribuíram para limitar a amplitude espacial e temporal do conceito de pluriactividade, descurando o seu valor na organização da vida nos campos em zonas do interior (a Norte e a Sul).

Neste sentido, torna-se fundamental implementar uma requalificação dos conceitos de agricultura familiar e de pluriactividade, com o intuito de desenvolver uma visão pluridimensional da vida rural e agrícola que estabeleça diversas “pontes” analíticas entre os eixos polarizadores que compõem a visão dualista.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS.

Baptista, Fernando Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento.

Baptista, Oliveira Fernando (1980), “Economia do latifúndio – o caso português”. *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Afonso de Barros (coord.), Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

Barros, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

Barros, Afonso de, Mendes, Fernando Ribeiro (1983), “Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa”. *Análise Social*, vol. XIX, n.º 75: 57-78.

Barros, Henrique de (1934), “A População e o Trabalho Agrícolas na Freguesia de Cuba”. *Boletim*, n.º 11 – Série A, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura.

Brito, Raquel Soeiro *et al.* (1997), *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹⁹⁸ Essa diferenciação sócio-espacial remete-nos para a noção de *meio interno* de Durkheim (1987), como tivemos oportunidade de referir noutra texto (Carmo, 2002b).

Carmo, Renato Miguel do (2002a), “O Homem, a propriedade e a desigualdade: a agricultura familiar no Alentejo”. In *A Terra, O Homem e o Pão* – Actas do I Congresso Português de Cultura Mediterrânica, Terena, Confraria do Pão.

Carmo, Renato Miguel do (2002b), “A emancipação das cidades face ao modelo dualista da sociedade portuguesa – o caso das cidades alentejanas”. Com/n/textos de Sociologia, Série Especial – n.º 1, Lisboa, APS (no prelo).

Cavaco, Carminda (1981), “A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8: 171-193.

Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.

Durkheim, Emile (1987), *As Regras do Método Sociológico*, 3.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Ferrão, João, Henrique, Eduardo B., Neves, António O. (1994), “Repensar as cidades de média dimensão”. *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 129: 1123-1149.

Ferrão, João (1996), “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno”. In *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, António Barreto (org.), Lisboa, ICS.

Ferrão, João (1999), “Uma visão prospectiva para o território português”. *Janus*, 184-187.

Galvão, J. Mira (1949), *O Seareiro, Beja*, Minerva Comercial.

Gama, António (1987), “Indústria e peri-urbanização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22: 33-54.

Gaspar, Jorge, et al. (1987), *Ocupação e Organização do Espaço*, vol 1, col. Portugal. Os Próximos 20 anos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Hespanha, Pedro (1994), *Com os Pés na Terra, Porto*, Edições Afrontamento

Jenkins, Robin (1979), *Morte de uma Aldeia Portuguesa*, Lisboa, Quercus.

Lima, Aida Valadas (1990), “Pluriactividade e integração espacial”. *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 8: 55-62.

Lima, Aida Valadas (1986), “Sobre a agricultura a tempo parcial em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXII, n.º 91: 371-380.

Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Fragmentos.

Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino da (1998), “Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social”. In *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Viegas e Firmino da Costa org., Oeiras, Celta Editora.

Nunes, Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”. *Análise Social*, n.ºs 7-8: 407-462.

O’Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1976)*, Lisboa, Dom Quixote.

Pais, Machado, et al. (1976), “Elementos para a história do fascismo nos campos: a campanha do trigo: 1928-38 (I)”. *Análise Social*, vol. XII, n.º 46: 401-473.

Picão, João da Silva (1983), *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-alentejanos*, Lisboa, D. Quixote.

Pinto, Joaquim Bugalho (1941), *O Seareiro na Freguesia de Cabeça Gorda – Concelho de Beja*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (dactilografado).

Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*. Porto: Edições Afrontamento.

Reis, Manuela, Lima, Aida Valadas de (1998), “Desenvolvimento território e ambiente”. In *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Viegas e Firmino da Costa (org.), Oeiras, Celta Etitora.

Rosas, Fernando *et al.* (1994), “Estado Novo”. In *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.

Ribeiro, Orlando (1944), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando, Lautensach, Hermann; Daveau, Suzanne (1999), *Geografia de Portugal*, vol. III, 3.^a ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Salgueiro, Teresa Barata (1999), *A Cidade em Portugal*, 3.^a ed., Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimento e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Santo, Moisés Espírito (1999), *Comunidade ao Norte do Tejo. Seguido de Vinte Anos Depois*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Silbert, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l’Ancien Regime: XVIIIe – début de XIXe Siécle. Contribution à l’Histoire Agraire Comparée*, 3 vol., Lisboa, INIC.

Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, ICS.

Vacas, Mário Nunes (2000 [1944]), *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri.

Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Famílias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Wright, Erik Olin (1994), “Análise de classes, história e emancipação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40: 3-36.